

# As propostas

- 4 MAI 1986

## inaceitáveis para "esfriar" a economia

CORREIO  
LITERÁRIO

**O**s primeiros meses do Governo Sarney foram marcados por uma "guerra surda" entre duas correntes de economistas, dentro do Governo: os chamados "conservadores" e os chamados "progressistas". Os "conservadores", liderados pelo ex-ministro Dornelles, desejavam dar prioridade ao combate à inflação e ao "rombo do Tesouro", por considerá-lo inflacionário, na medida em que exige emissões para ser coberto, provoca aumento do endividamento interno.

(venda de LTNs e ORTNs, também para cobri-lo) etc. Os "progressistas" defendiam tese oposta: a inflação deveria ser combatida através de maiores gastos do Governo, que fizessem a economia crescer — pois, com esse crescimento, a própria inflação viria a ceder, ante o aumento na produção que reduziria os custos unitários dos produtos e serviços, e ante a própria redução no "rombo" do Tesouro obtida através, não da contenção das despesas, e sim do aumento da arrecadação de impostos, do INPS, do FGTS pelo BNH etc. A medida em que o confronto envolvia aspectos políticos, isto é, a própria "luta pelo poder", para ver quem iria "mandar no País", os dois grupos radicalizaram posições e linguagem: os "conservadores" eram acusados de pretender jogar o País em uma recessão, e os "progressistas" sofriam o bombardeio de críticos segundo os quais eles desejavam aumentar a "estatização" da economia (ao defenderem maiores gastos do Governo), além de partirem para um "redistributivismo inflacionário", ao defenderem também a ampliação dos programas de fundo social (considerados planos para a redistribuição indireta da renda).

Havia evidente exagero nessa troca de críticas — e rótulos. Os "conservadores" não desejavam uma recessão; desejavam o combate gradual à inflação, com queda progressiva das taxas inflacionárias mensais, através — inclusive — da "austeridade" nos gastos do Governo. Os "progressistas" não desejavam "estatizar" a economia: pretendiam comprovar, na prática, a tese de que é possível combater a inflação através da aceleração dos gastos e do crescimento econômico.

Com a queda de Dornelles e ascensão do empresário Dilson Funaro ao Ministério da Fazenda, o "jogo do poder" foi ganho pelos "progressistas". A inflação, antes disparou nos meses subsequentes, e o País finalmente desembocou na criação do cruzado e no chamado "choque heterodoxo", em busca da inflação zero.

Dois meses depois do pacote, surge agora um novo problema: o "superaquecimento" no consumo, o "comprismo" a altíssimos níveis, por parte da população, e possíveis efeitos inflacionários. Reacende-se o debate econômico e, infelizmente, o que se vê é o mesmo radicalismo de posições, a mesma confrontação de teses entre "conservadores" e "progressistas", cada qual tentando negar totalmente a possibilidade de buscar uma solução intermediária para os problemas da economia nacional.

Os "progressistas" continuam a defender ferrenhamente a sua tese de que não é preciso conter os gastos estatais, rever planos e projetos pra reduzir o "rombo" do Tesouro. Estão certos? Aqui, não: se a demanda por parte da população está aquecida, a austeridade na área governamental

significaria dosar melhor a demanda por parte da máquina do Estado, contendo o "superaquecimento" sem nenhum trauma e sem nenhum prejuízo para o crescimento da economia, uma temosia que realmente ameaça ressuscitar focos inflacionários dentro da economia brasileira, sem a mínima necessidade.

Os "conservadores", dos quais o ex-ministro Simonsen vem sendo um porta-voz, assumem uma posição velha e altamente negativa: ressuscitam os instrumentos clássicos para "esfriar" o consumo. Pedem o aumento de impostos, para reduzir o poder de compra da população, ou o aumento nas taxas de juros, para encarecer as compras e desestimular o consumidor, ou mesmo para levar as empresas a fugirem do crédito caro, reduzindo o ritmo de negócios e de investimentos. Ambas as propostas dos "conservadores" trazem o ranço da Velha República sob um aspecto: elas representam uma repetição dos "assaltos" frequentes que atingiam a classe média brasileira, os empresários brasileiros, os agricultores brasileiros, os trabalhadores brasileiros, os decisões de tecnocratas de Brasília. Lembrando: a pretexto de resolver este ou aquele problema, adotava-se a todo momento aumentos de impostos, contribuições ao INPS, criação de finsciais e quejandos — tudo, a representar um "confisco" de parte da renda de quem trabalhava e produzia, carreando trilhões para os cofres do Governo, que eram aplicados da forma que se sabe. Na mesma diretriz, a pretexto de resolver este ou aquele problema, aumentava-se ou tolerava-se taxas de juros escorchantes, tudo se passando como se houvesse

um "confisco" de parte da renda de quem trabalhava e produzia, transferindo-se trilhões para os cofres do sistema financeiro (que, graças a essa política, aumentou loucamente sua participação no bolo da renda nacional, nos últimos anos).

A Nova República, entre suas propostas, quer a criação de nova mentalidade no País, com o cidadão, o contribuinte, ganhando consciência maior de seus direitos — pois só com essa consciência o regime democrático funcionaria efetivamente no Brasil. Não pode repetir os "assaltos" da Velha República.

Além do mais, mesmo desconsiderando-se esse aspecto da concentração da renda, o fato é que as velhas medidas propostas por Simonsen e adeptos não funcionariam no momento, como arma contra a inflação. O aumento de impostos encareceria o custo das empresas, ou detonaria pressões por reajustes salariais. E a elevação dos juros? O ex-ministro Simonsen parece ter-se esquecido de sua própria experiência à frente do Ministério: ele permitiu brutal elevação dos juros, a partir de 1974, e a demanda por crédito não caiu, isto é, não se conseguiu "esfriar" a economia, nem conter a inflação. A única coisa que se conseguiu foi engordar os lucros do mercado financeiro. E como...

O ministro Dilson Funaro está certo, ao descartar medidas artificiais, e antipovo, como caminho para combater os efeitos do "superaquecimento". Mas o Governo está errado ao não procurar atacar o problema pelo outro flanco, isto é, não adotar urgentemente uma política de contenção de gastos de sua própria máquina.

